

EMPREGO



CENTROS DE CONHECIMENTO

- Aplicações de Negócios
- Armazenamento
- Desenvolvimento de Aplicações
- eBusiness
- eGovernment
- Green computing
- Infra-estrutura
- IT Management

Fornecedores de cloud devem melhorar transparência e grau de informação

6 de Novembro de 2013 às 09:54:27 por Pedro Fonseca

O quadro jurídico sobre a cloud computing deve ser melhorado, refere Luís Neto Galvão, advogado recém-nomeado para o "Expert Group on Cloud Computing" da Comissão Europeia. E as empresas europeias podem diferenciar-se na oferta.



Luís Neto Galvão foi nomeado na semana passada como membro do "Expert Group on Cloud Computing" da Comissão Europeia, um grupo de peritos que deve harmonizar cláusulas "seguras e equitativas para os contratos de computação em nuvem".

Em entrevista ao Computerworld, o advogado da SRS – Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados explica como ocorreu a sua nomeação e o que se pretende do grupo de peritos. E acredita que "a existência de condições mais seguras e equilibradas nos contratos de prestação de serviços cloud constituirá um factor positivo de diferenciação da oferta das empresas europeias no mercado global".

PESQUISA

O poder da infraestrutura convergente HP está aqui. [Replay](#)

Agora já pode bater os seus recordes.

[Saiba mais](#)



AMD OPTERON HP BladeSystem com servidores HP ProLiant BL465c Gen8 com processadores AMD Opteron™ da série E300 

<http://www.computerworld.com.pt/2013/11/06/fornecedores-de-cloud-devem-melhorar-transparencia-e-grau-de-informacao/>

Fornecedores de cloud devem melhorar transparência e grau de informação

O quadro jurídico sobre a cloud computing deve ser melhorado, refere Luís Neto Galvão, advogado recém-nomeado para o "Expert Group on Cloud Computing" da Comissão Europeia. E as empresas europeias podem diferenciar-se na oferta.

Luís Neto Galvão foi nomeado na semana passada como membro do "Expert Group on Cloud Computing" da Comissão Europeia, um grupo de peritos que deve harmonizar cláusulas "seguras e equitativas para os contratos de computação em nuvem".

Em entrevista ao Computerworld, o advogado da SRS – Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados explica como ocorreu a sua nomeação e o que se pretende do grupo de peritos. E acredita que "a existência de condições mais seguras e equilibradas nos contratos de prestação de serviços cloud constituirá um factor positivo de diferenciação da oferta das empresas europeias no mercado global".

Computerworld – Como ocorreu o processo de escolha para este grupo?

Luís Neto Galvão - A Comissão Europeia publicou no seu sítio Internet um "convite à manifestação de interesse" durante o Verão passado, no qual convidava quaisquer interessados a apresentarem uma candidatura a este Grupo de Peritos, que havia acabado de criar por decisão de 18.06.2013. Candidatei-me e após um processo de avaliação curricular, fui informado da minha nomeação.

O convite e a decisão da Comissão, bem como a lista de peritos, são documentos públicos e podem ser consultados no sítio da Comissão.

CW – Considera que as leis europeias nos contratos de cloud necessitam de serem melhoradas ou o grupo vai fazer, nesta fase inicial, apenas uma avaliação das já existentes?

LNG - O “cloud computing” é uma realidade multidisciplinar que abrange várias áreas do direito, desde a privacidade à propriedade intelectual.

A Comissão considera que é necessário identificar cláusulas contratuais mais seguras e equilibradas para os contratos de “cloud computing”, a serem utilizadas nas negociações com consumidores e pequenas empresas. É esse o mandato do Grupo de Peritos, o qual deverá efectuar recomendações à Comissão nesta matéria. Por isso e respondendo à questão, o pressuposto é o de que o quadro jurídico deve ser melhorado.

Um estudo recente aponta para a existência de algum desequilíbrio na posição contratual dos clientes face aos prestadores de serviços cloud e eu reconheço que há questões que ganhariam em serem clarificadas, sob pena de constituírem um entrave à expansão destes serviços na Europa. A Comissão espera que Grupo prepare um relatório com propostas já na Primavera de 2014.

CW – Tem alguns exemplos do que pode melhorar nas cláusulas deste tipo de contratos na Europa?

LNG - Sim. Creio que poderão ser melhorados a transparência e o grau de informação fornecida sobre o serviço pelos prestadores, nomeadamente ao nível da localização dos dados, do quadro jurídico-regulatório em que são efectuadas transferências internacionais de dados, dos direitos de acesso por parte dos clientes, dos requisitos de segurança e das auditorias efectuadas, bem como do reporte de incidentes. Trata-se de matérias estratégicas e que assumem uma importância enorme para sectores muito, muito regulados.

Há depois outras matérias normalmente apontadas como problemáticas, como as cláusulas de saída, a responsabilidade do prestador, a propriedade intelectual, entre outras.

CW – Dadas algumas divergências contratuais conhecidas, como antecipa que vão evoluir as condições na oferta de serviços de cloud de empresas europeias perante as suas concorrentes norte-americanas?

LNG - Creio que a existência de condições mais seguras e equilibradas nos contratos de prestação de serviços cloud constituirá um factor positivo de diferenciação da oferta das empresas europeias no mercado global.